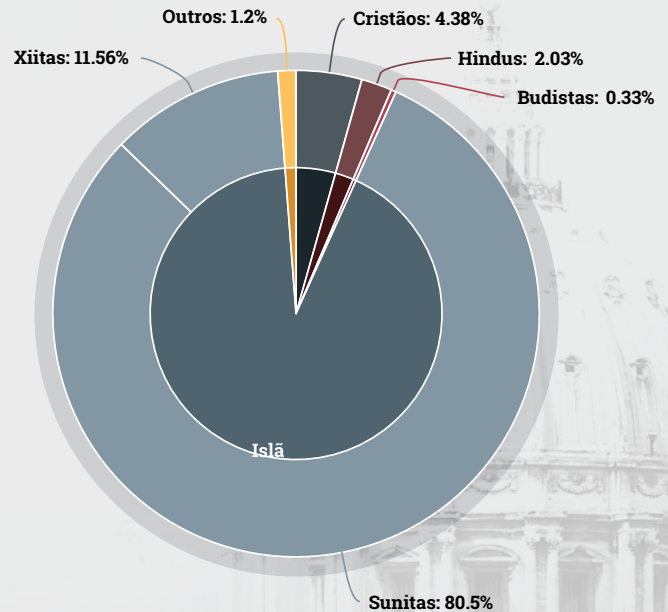
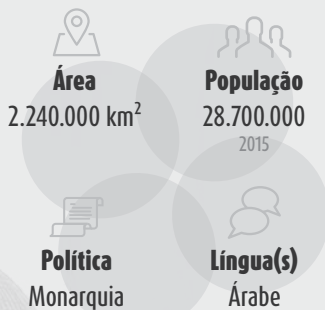


Arábia Saudita



DADOS DO PAÍS

O Reino da Arábia Saudita é uma monarquia governada desde 2015 pelo rei Salman bin Abdulaziz Al Saud, que é simultaneamente chefe de Estado e chefe do Governo. O Governo baseia a sua legitimidade na sua interpretação da lei da sharia e na Lei Básica de Governança de 1992. Durante o reinado do falecido rei Abdullah (2005-15), a Arábia Saudita testemunhou uma modernização gradual. A Arábia Saudita detém cerca de 25% das reservas mundiais de petróleo, o que a torna um dos países mais ricos da região e uma potência dominante no mundo árabe.

São realizadas eleições para os 248 conselhos municipais para dois terços de um total de 3.159 lugares. O Governo nomeia no restante dos lugares. Nas eleições de 2015, as mulheres foram autorizadas a votar pela primeira vez, bem como a se candidatar às eleições em todo o país. De acordo com o Ministério dos Assuntos Municipais e Rurais, 131.188 mulheres registraram-se para votar (por comparação com 1.373.971 homens) e 979 apresentaram-se como candidatas (5.938 candidatos eram homens), com as mulheres ganhando vinte e um lugares. O Governo nomeou mulheres para mais dezessete lugares.

Nos últimos anos, as exigências de reformas políticas aumentaram na mesma proporção que os pedidos de mudança social, em especial no que diz respeito aos direitos das mulheres, como por exemplo o direito de dirigir e o direito à liberdade de expressão.

Até 30% da população do país são estrangeiros. A maior parte destes estrangeiros são cristãos, budistas ou hindus.

Um recenseamento não oficial, publicado pelo Vicariato Apostólico do Norte da Arábia no Barém, calcula que há mais de 1,5 milhões de católicos na Arábia Saudita, sobretudo trabalhadores estrangeiros da Índia e das Filipinas. A Arábia Saudita não tem laços diplomáticos oficiais com a Santa Sé.^[1]

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Arábia Saudita é o berço do Islã e acolhe os dois santuários mais sagrados do Islamismo: Meca e Medina. O rei saudita serve como “Guardião (oficial) das Duas Mesquitas Sagradas”. De acordo com a Lei Básica, o Corão e a Suna servem de constituição do país.^[2] Os cidadãos são obrigados a ser muçulmanos. Os não muçulmanos devem converter-se ao Islamismo antes de serem elegíveis à naturalização. As crianças nascidas de pais muçulmanos são consideradas muçulmanas. O país segue a interpretação estrita wahabita do Islamismo sunita e a lei islâmica, embora o termo “wahabismo” não seja usado dentro do país. Esta vertente do Islamismo inclui restrições para as mulheres e punições severas, como por exemplo decapitações públicas para diversos crimes e a pena de morte

[1] http://www.avona.org/saudi/saudi_about.htm#.V1ARMuQ3k7Q

[2] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252945>

para os crimes menores. A promoção pública dos ensinamentos islâmicos que representem outra interpretação para além da versão oficial é proibida. Não há reconhecimento legal ou proteção da liberdade religiosa. A conversão do Islamismo a outra religião é considerada apostasia, que é legalmente punida por morte, bem como a blasfêmia contra o Islamismo sunita. Importar e distribuir materiais religiosos não islâmicos é ilegal, tal como é também o proselitismo tanto para os cidadãos como para os estrangeiros.^[3] A construção de locais de culto não muçulmanos é proibida. Há uma proibição de expressão pública da fé para além da religião estatal oficial. Os que não cumprem arriscam-se sendo alvo de discriminação, perseguição e detenção. Os não cidadãos podem ser deportados. A instrução religiosa baseada na interpretação oficial do Islamismo é obrigatória nas escolas públicas. São proibidos os programas diferentes para as escolas privadas. Os alunos não muçulmanos nas escolas privadas recebem aulas obrigatórias de “civilização islâmica”.

Apesar da política governamental de proibir os não muçulmanos de serem enterrados no reino, existe pelo menos um cemitério público não islâmico, segundo relatórios norte-americanos.^[4] Os clérigos não muçulmanos não são admitidos legalmente no país.^[5]

A lei do país requer o tratamento igual de qualquer réu, de acordo com a sharia. Das quatro escolas de direito sunita, a escola Hanbali forma a base da interpretação legal da lei islâmica. Não há um código penal escrito abrangente. As decisões e sentenças divergem amplamente de caso para caso.

O direito civil na Arábia Saudita não protege os direitos humanos. Durante o período em análise, houve relatos frequentes de restrições à liberdade de expressão. Ocorreram discriminações em relação ao emprego e à ocupação com base na religião, bem como em relação à raça, sexo, identidade de gênero e outras razões, não havendo leis laborais ou regulamentações que proibam a discriminação.^[6] As organizações de direitos humanos, incluindo a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, criticaram um aumento em massa das penas de morte e execuções em 2015.

O comportamento público é monitorado pela semiautônoma Comissão para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício (CPVPV), para aplicar a adesão estrita à interpretação wahabita das normas islâmicas. Os membros da CPVPV têm de ter consigo uma identificação oficial. No âmbito dos poderes da CPVPV estão as investigações a certas categorias de infrações, como por exemplo o assédio de mulheres, a

bruxaria e a feitiçaria. A CPVPV pode prender e deter suspeitos por um período breve, mas todos os suspeitos precisam ser acompanhados por um policial e devem ser transferidos diretamente para as autoridades policiais para que sejam concluídos os procedimentos legais contra eles.^[7]

Recentemente, o Ministério dos Assuntos Islâmicos intensificou os seus esforços para impedir a pregação islâmica extremista através de videovigilância a mesquitas e monitoria ao Facebook e Twitter. Em 2015, o ministério responsável pelos imãs contratados pelo Governo publicou cartas aos seus clérigos pedindo-lhes que incluam mensagens sobre os princípios da justiça, igualdade e tolerância, e para incentivarem a rejeição da intolerância e de todas as formas de discriminação racial nos seus sermões. O Grande Mufti do país, Xequê Abdul Aziz Al-Asheikh, exortou repetidas vezes os jovens sauditas a não correrem atrás de apelos à jihad feitos por grupos estrangeiros.^[8]

INCIDENTES RECENTES

Houve relatos de que a CPVPV tinha encerrado mais de 10 mil contas no Twitter em 2014 por causa de violações religiosas. O porta-voz da CPVPV, Turki Al-Shulail, reportou várias detenções.^[9]

De acordo com a Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, o Governo “continua processando, encarcerando e açoitando indivíduos por dissensão, apostasia, blasfêmia e feitiçaria”.^[10]

Em comum com outras partes do mundo muçulmano, na Arábia Saudita a apostasia dá direito à pena de morte, mas esta raramente é levada a efeito.^[11]

Uma sentença de pena de morte foi concedida ao poeta palestiano Ashraf Fayadh em novembro de 2015. A sua sentença foi mais tarde revogada e reduzida a oito anos de prisão e 800 chicotadas.^[12]

Em julho de 2014, uma casa privada de residentes estrangeiros católicos foi invadida pela CPVPV. Não foram feitas detenções. Em setembro de 2014, a CPVPV e a polícia local invadiram uma casa privada na província oriental usada para serviços religiosos cristãos por um cidadão indiano. Alegadamente, vinte e sete estrangeiros foram detidos e as

[3] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dclid=238476>

[4] Departamento de Estado Norte-Americano, International Religious Freedom Report for 2014 (<http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dclid=238476#wrapper>)

[5] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dclid=238476>

[6] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dclid=252945>

[7] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dclid=252945>

[8] <http://www.reuters.com/article/us-saudi-security-idUSKBN0GS19M20140828>

[9] <http://www.ibtimes.co.uk/saudi-arabia-10000-twitter-accounts-closed-users-arrested-over-religious-violations-1479556>

[10] <http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF%202016%20Annual%20Report.pdf>

[11] <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/saudi-arabia/11431509/Saudi-Arabia-court-gives-death-penalty-to-man-who-renounced-his-Muslim-faith.html>

[12] <http://www.theguardian.com/world/2016/feb/02/palestinian-poet-ashraf-fayadhs-death-sentence-overturned-by-saudi-court>

Bíblias e instrumentos musicais foram apreendidos. Os detidos foram libertados dois dias depois. Outras detenções feitas durante serviços de culto privados resultaram em acusações não explicitamente relacionadas com a observância religiosa, incluindo convivência entre sexos e tocar música.^[13]

Em fevereiro de 2015, um tribunal na Arábia Saudita condenou um homem à morte depois dele ter se filmado rasgando um exemplar do Corão. Os jornais na Arábia Saudita relataram a condenação do homem que, segundo eles, tinha “denunciado a sua fé”. O homem, cujo nome não foi referido, fez upload de um vídeo de si próprio rasgando o Corão e batendo nele com o sapato.^[14]

Não há estatísticas disponíveis relativas às denominações religiosas dos estrangeiros. Os casos raros de imãs contratados pelo Governo que usam uma linguagem antijudaica, anticristã ou anti xiita nos seus sermões ocorreram sem o consentimento das autoridades governamentais, segundo o relatório de direitos humanos de 2015 do Departamento de Estado Norte-Americano. Houve relatos de materiais antissemitas disponíveis em feiras do livro patrocinadas pelo Estado.

A minoria xiita continuou sofrendo discriminação social, legal, econômica e política. O Governo reagiu nos últimos anos com cursos antidiscriminação para a polícia e para outros agentes da autoridade geridos pelo Centro Rei Abdulaziz para o Diálogo Nacional. Os xiitas continuaram sendo significativamente sub-representados nas funções relacionadas com a segurança nacional, incluindo nos Ministérios da Defesa e do Interior e na Guarda Nacional, bem como nas instituições de ensino. Um número muito reduzido de xiitas ocupou posições de topo em empresas públicas e em agências estatais. Em janeiro de 2016, o Ministério do Interior da Arábia Saudita anunciou que o proeminente clérigo xiita Nimr al-Nimr tinha sido executado. Ele estava entre as quarenta e sete pessoas mortas depois de serem consideradas culpadas de crimes de terrorismo. O Xequete tinha sido um forte aliado dos protestos antigovernamentais em massa que se iniciaram na província oriental da Arábia Saudita em 2011, onde uma maioria xiita alega que é marginalizada. A execução provocou indignação, em especial no Irã xiita, onde as autoridades disseram que a Arábia Saudita iria pagar um “preço elevado”. Um porta-voz do Ministério Iraniano dos Negócios Estrangeiros disse que a Arábia Saudita “apoia terroristas, ao mesmo tempo que executa e suprime os críticos dentro do Ministério do Exterior.”^[15]

Em outubro de 2015, um atirador do EI assassinou cinco pessoas e feriu outras nove num salão xiita na província oriental de Saihat. Depois foi morto a tiro pela polícia. Foi dito que o incidente ocorreu quando estavam realizando os rituais

relacionados com a Ashoura, que marca o martírio do Imã Hussein bin Ali.^[16]

Em maio de 2015, ataques suicidas mataram vinte e cinco xiitas em mesquitas de Dammam e Qatif. Outro terrorista suicida matou quinze pessoas com uma bomba numa mesquita dos serviços de segurança em Abha em agosto de 2015. Sete pessoas foram mortas em dois ataques contra um centro de congregações xiita em Qatif e uma mesquita xiita em Najran, ambos em outubro de 2015. O Governo, os clérigos seniores e os utilizadores das redes sociais condenaram amplamente os ataques extremistas contra a minoria xiita. Os ataques alimentaram a cooperação entre as forças governamentais e os comitês de segurança de voluntários xiitas locais.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Além de uma expressão do Islã legitimada pelo Estado, há uma repressão global da vida religiosa na Arábia Saudita. Os casos, vários dos quais apresentados acima, mostram que a sucessão com o rei Salman não conseguiu até agora realizar uma mudança significativa para os grupos minoritários. De fato, uma lei de 2014 que classifica a blasfêmia e defende o ateísmo como terrorismo “foi usada para processar os defensores dos direitos humanos e outras pessoas.”^[17]

Durante o domínio do falecido rei Abdullah, a implementação dos princípios do país em relação à religião tornou-se mais flexível e o poder da polícia religiosa foi restringido durante algum tempo. O antigo rei também se aproximou dos líderes religiosos, visitando o Papa Bento XVI no Vaticano e estabelecendo um centro para o diálogo e o encontro inter-religioso em Viena. Sob a égide do atual governante, o rei Salman, também se verificam esforços para impedir as influências extremistas. Contudo, a interpretação estrita do Islamismo wahabita como única religião permitida mantém-se em vigor.

Sendo um dos mais graves violadores do direito ao culto, o Governo da Arábia Saudita pode ser considerado responsável pelas “sistemáticas, contínuas e chocantes violações da liberdade religiosa.”^[18]

[13] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238476>

[14] The Telegraph, 24 de Fevereiro de 2015 (<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/saudi-arabia/11431509/Saudi-Arabia-court-gives-death-penalty-to-man-who-renounced-his-Muslim-faith.html>)

[15] BBC News, 2 de Janeiro de 2016 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-35213244>)

[16] International Business Times, 17 de Outubro de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-35213244>)

[17] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238476>

[18] Ibidem.